

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.463 - SP (2019/0327088-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO : MATEUS FERDINANDO MARTINASSO
RECORRIDO : RENAN TAVARES BALDASSA
ADVOGADO : ADÃO DE SOUZA DIAS - SP401080

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o Juízo de Direito da 1ª Auditoria da Justiça Militar, sob a alegação de inexistência de crime militar em face da excludente de ilicitude de legítima defesa, indeferiu a remessa dos autos à Justiça Comum (fls. 131/166).

Interposto recurso em sentido estrito pelo Ministério Público estadual, o Tribunal de origem, por maioria, negou provimento ao recurso. Eis a ementa do julgado (fl. 257):

POLICIAL MILITAR - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - INTERPOSIÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO CONTRA DECISÃO DO JUIZ DE DIREITO QUE INDEFERIU O PEDIDO PARA ENCAMINHAMENTO DO FEITO À VARA DO JÚRI - EXAME EFETUADO PELA JUSTIÇA MILITAR QUE RECONHECEU INEXISTIR CRIME MILITAR DOLOSO COMETIDO CONTRA A VIDA DE CIVIL - RECURSO QUE NÃO COMPORTA PROVIMENTO - DECISÃO POR MAIORIA DE VOTOS. A Justiça Militar é competente para efetuar a análise prévia do cometimento de crime apurado pela polícia judiciária militar. Legislação que prevê o encaminhamento dos autos à Vara do Júri apenas quando do reconhecimento da existência de crime militar doloso praticado contra a vida de civil. Exame efetuado que verificou a existência de excludentes de ilicitude. Legítima defesa e estrito cumprimento do dever legal. O controle 'externo' exercido pelo Ministério Público sobre a atividade policial não é afastado pela referida decisão.

Opostos embargos infringentes e de nulidade, pelo Ministério Público, o Tribunal de origem, também por maioria, negou provimento ao recurso para confirmar a

decisão que determinou o arquivamento indireto dos autos. O acórdão ficou assim ementado (fl. 296):

EMBARGOS INFRINGENTES DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA NOS AUTOS DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO QUE NEGOU A REMESSA DE IPM AO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA DE CIVIL PRATICADO POR POLICIAIS MILITARES. DETERMINAÇÃO DE ARQUIVAMENTO INDIRETO DOS AUTOS PELO MAGISTRADO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. VERIFICAÇÃO PRÉVIA DO FATO QUE DEVE SER REALIZADA PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA MILITAR. COM MESMAS ATRIBUIÇÕES E CAPACIDADE DO PROMOTOR DE JUSTIÇA DO JÚRI. EXCLUDENTES DE ILICITUDE VERIFICADAS. POSSIBILIDADE DE ARQUIVAMENTO INDIRETO PELO JUIZ DE DIREITO DA JUSTIÇA MILITAR. ARTS. 398 E 146, CPPM. EMBARGOS NÃO PROVIDOS. Procuradoria que se insurge contra decisão majoritária da Primeira Câmara do TJM/SP que negou provimento ao RSE do Ministério Público, concordando com o arquivamento indireto dos autos de IPM, no qual investigada a prática de crime doloso contra a vida de civil praticado por policiais militares. Exame primeiro dos fatos atinente à Justiça Militar, pois o crime é militar. Verificadas excludentes de ilicitude, inexistente o crime, devendo o pedido de arquivamento ser proposto por Promotor de Justiça Militar. Capacidade do Promotor de Justiça Militar para realizar tal análise prévia, membro do Parquet que é. Acerto do arquivamento indireto do IPM. Prevalência do voto majoritário do RSE. Provimento negado.

Diante disso, o Ministério Público interpôs recurso especial alegando violação ao art. 54 do Código de Processo Penal Militar - CPPM, que reforça o disposto no art. 129, inciso I, da Constituição Federal.

Sustenta que é vedado ao Juiz de Direito avançar na verificação de causa excludente de tipicidade ou de antijuridicidade, em sede inquisitorial, sem imputação formalizada em denúncia, pois compete ao Ministério Público, na condição de *dominus litis*, avaliar se as provas obtidas na fase pré-processual são suficientes para a propositura da ação penal.

Requer o provimento do recurso especial para declarar a nulidade do r. acórdão do Tribunal de Justiça Militar paulista, para que outro seja prolatado com observância ao disposto no art. 54 do CPPM, ou para que sejam cassadas as decisões de

Superior Tribunal de Justiça

primeira e segunda instância, determinando-se o encaminhamento do Inquérito Policial Militar ao Juízo do Júri de São Paulo.

Contrarrazões às fls. 354/360.

Decisão de admissibilidade às fls. 363/365.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso especial para cassar o aresto combatido e determinar a remessa do feito ao Tribunal do Júri de São Paulo (fls. 376/378).

É o relatório.

Decido.

O recurso merece prosperar.

O voto condutor assim se posicionou quanto à controvérsia, no que importa, *verbis* (fls. 295/301):

Entendo a respeito que os crimes dolosos cometidos por policiais militares com vítimas civis são crimes militares, apenas houve alteração do juízo onde serão processados e julgados tais delitos. Do contrário, razão alguma existiria para que a polícia judiciária militar continuasse a investigar tais delitos, sendo certo que a polícia judiciária militar é quem apura os crimes militares. Ou estaria a Polícia Militar investigando delitos comuns? Se a Justiça Militar não tivesse a competência para realizar o exame prévio, atinente ao reconhecimento ou não da existência de crime militar doloso contra a vida de civil e, na verificação de sua existência, para encaminhar os autos à denominada Justiça Comum, não haveria qualquer sentido na lei determinar que os fatos fossem apurados por meio de um inquérito policial militar e que este fosse direcionado por primeiro à Justiça Militar. O que ocorreu, por força da alteração legislativa trazida pela Lei nº 9.299/96, foi apenas a alteração do local" de processamento e julgamento daqueles delitos, que passaram a ser feitos pelo Tribunal do Júri.

O primeiro exame do IPM, destinado a identificar se o delito tratado nos autos é hipótese de crime doloso contra a vida deve ser feito na Justiça Militar, pelo membro do Parquet aqui atuante, que formará sua opinio delicti e proporá ao magistrado a solução para cada caso: processamento perante a Justiça Militar (nas hipóteses já citadas e previstas em lei), remessa à Vara do Júri (na hipótese de verificação de ocorrência de delito doloso praticado por policial militar contra a vida de civil), ou pedido de arquivamento, quando o fato estiver inequivocamente acobertado por excludente de ilicitude.

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à

função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme estabelece a Constituição Federal, em seu artigo 127, caput. O Promotor de Justiça que atua no Tribunal do Júri é o mesmo Promotor de Justiça designado para atuar na Justiça Militar.

Ambos são concursados, exigindo-se-lhes formação acadêmica e capacitação para o cargo público para o qual concorreram e foram aprovados, e possuem atribuições similares. distintas em razão da matéria que analisam. Não há razão alguma para que a opinião delicti do representante ministerial designado para esta Justiça Especializada seja preterida, sendo plenamente capacitado para aferir se a hipótese do IPM é realmente de delito a ser processado e julgado pelo Tribunal do Júri, não havendo razão, sequer lógica, para que tal análise inicial seja feita exclusivamente por algum dos Promotores do Júri. Ademais, se assim fosse, não poderiam, sequer, requerer a complementação de diligências nos IPMs. como ocorreu nos presentes autos.

[...]

Dessa forma, outro não pode ser o meu posicionamento senão o mesmo externado pelo Ministro Carlos Velloso. A verificação inicial, se o crime contra a vida de civil é doloso ou não é feito na Justiça Militar, pelo Promotor de Justiça atuante nesta Especializada. Conforme constou, se doloso, encaminhará os autos do IPM para a Justiça Comum. É isso que consta na lei. Nas demais hipóteses, seja o delito culposos, ou permeado por alguma das excludentes de ilicitude, ou praticado entre policiais militares, a competência para processamento é da Justiça Militar, seja para seguimento do feito, com oferecimento de denúncia, seja com o arquivamento dos autos. conforme entender o membro do Parquet e o magistrado da Auditoria. Esse primeiro exame do crime, se doloso ou não, conforme bem explicitado pelo Ministro Carlos Venoso, não está isento de controle judicial, o qual poderá ser exercido pelos recursos apropriados, não havendo que se cogitar em violação à lei ou à Constituição.

No IPM sob análise, já detectadas provas irrefutáveis acerca da licitude da conduta dos policiais militares envolvidos na ocorrência policial ali retratada, a qual foi legítima, excluiu-se a hipótese de crime, vez que, ao defenderem as próprias vidas, injustamente atacadas, atuaram segundo a vontade do Direito, no estrito cumprimento do dever legal e com legítima defesa, e, apesar de típico o fato, não é ele ilícito e, portanto, não há que se falar na prática de tentativa de homicídio doloso pelos policiais militares averiguados.

E, não havendo que se falar em crime doloso contra a vida de civil, competente a Justiça Militar para decidir a respeito do arquivamento, não existindo razão para enviar os autos à Justiça Comum, até mesmo em observância aos princípios da celeridade e da economia processual.

A obrigatoriedade de envio ocorreria tão somente na hipótese de reconhecimento da existência de crime militar contra a vida de civil.

Diante do exposto, não soa compreensível a razão pela qual o Ministério Público que aqui oficia deva deixar de se manifestar sobre a existência ou não de crime militar doloso contra a vida de civil e, caso conclua pelo reconhecimento de hipótese de excludente de ilicitude proponha o arquivamento do IPM.

O entendimento do Tribunal *a quo*, de fato, encontra-se desalinhado ao desta Corte, firmado no sentido de que, "(...) não é da competência do Juiz Militar determinar o arquivamento do inquérito policial militar, que investiga crime doloso contra a vida praticado por militar contra civil, em virtude do reconhecimento de excludente de ilicitude" (AgRg no REsp 1725235/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 30/05/2018).

Nesse sentido, cito os seguintes julgados:

PROCESSUAL PENAL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. INQUÉRITO POLICIAL. ADMISSIBILIDADE DE CONFLITO EM FASE PRÉ-PROCESSUAL. COMPETÊNCIA JUÍZO DA CAUSA. TEORIA DOS PODERES IMPLÍCITOS.

I - É assente na jurisprudência a admissibilidade de conflito de competência em fase inquisitorial.

II - Embora previsto no artigo 125, §4º, da CF, ser da competência da justiça comum processar e julgar crimes dolosos contra a vida praticados por militar em face de civil, nota-se que inquéritos policiais persistem no juízo castrense indevidamente.

III - A interpretação conforme a Constituição Federal do artigo 82, §2º, do Código de Processo Penal Militar compele a remessa imediata dos autos de inquérito policial quando em trâmite sob o crivo da justiça militar, assim que constatada a possibilidade de prática de crime doloso contra a vida praticado por militar em face de civil.

IV - Aplicada a teoria dos poderes implícitos, emerge da competência de processar e julgar, o poder/dever de conduzir administrativamente inquéritos policiais. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juiz de Direito da Vara do Júri e das Execuções Criminais da Comarca de Osasco/SP (CC 144.919/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 01/07/2016).

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL MILITAR E PROCESSO PENAL MILITAR. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA DE

CIVIL. EXCLUDENTE DE ILICITUDE. INQUÉRITO POLICIAL MILITAR. ARQUIVAMENTO. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. RECURSO PROVIDO.

1. Nos termos do art. 125, § 4º, da Constituição Federal, a competência da Justiça Militar, embora de natureza constitucional, deve observar a competência do Tribunal do Júri nos casos em que o delito praticado por integrante de seus quadros atingir vítima civil.

2. Entende este Sodalício que, existindo investigação de crime doloso contra a vida praticado por militar contra civil, descabe à jurisdição castrense determinar, de ofício, o arquivamento de IPM, mesmo que sob o fundamento de excludente de ilicitude, devendo os autos do inquérito serem remetidos para justiça comum. Precedentes.

3. Recurso provido (REsp 1737088/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, REPDJe 18/10/2018, DJe 31/08/2018).

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. PENAL. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO PRATICADO POR POLICIAL MILITAR EM SERVIÇO CONTRA CIVIL. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL AFETA AO TRIBUNAL DO JÚRI. DECLINAÇÃO QUE NÃO SE CONFUNDE COM PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE.

1. Não há como abrigar agravo regimental que não logra desconstituir os fundamentos da decisão atacada.

2. Não cabe à Justiça Militar determinar o arquivamento do feito, ainda que entenda ser o caso de excludente de ilicitude, mas, sim, encaminhar os autos à Justiça Comum, conforme previsto no art. 82, § 2º, do Código de Processo Penal Militar (nos crimes dolosos contra a vida, praticados contra civil, a Justiça Militar encaminhará os autos do inquérito policial militar à justiça comum) (HC n. 385.778/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 30/6/2017)

3. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1687675/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 21/05/2018).

Ante o exposto, com fundamento no Enunciado n. 568 da Súmula do STJ, dou provimento ao recurso especial para cassar o acórdão impugnado e determinar a remessa dos autos originais ao Juízo de Direito da Vara do Júri com jurisdição sobre o local dos fatos.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator